

**O LAZER NO BRASIL:
DO NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO À
GLOBALIZAÇÃO
THE LEISURE IN BRAZIL:
FROM THE NATIONAL-DESENVOLVIMENTISM TO
GLOBALIZATION**

Dndo. Marco Antonio Bettine de Almeida
Dr. Gustavo Luis Gutierrez
Faculdade de Educação Física /UNICAMP

Resumo

Este artigo apresenta algumas reflexões sobre as práticas e teorias de lazer em diferentes períodos históricos a partir da realidade política e econômica brasileira. O texto tem como objetivo apresentar a evolução das práticas de lazer no contexto nacional, como também os principais autores estrangeiros que influenciam a produção teórica local. Para tal adotamos a seguinte periodização: nacional-desenvolvimentismo (1946-1964); período militar (1964-1985); redemocratização (1985-1990) e globalização (1990-atualidade).

Palavras-Chave: Lazer; Sociologia; Historia.

Introdução

Este artigo procura apresentar um panorama geral a respeito da evolução das práticas de lazer e sua reflexão teórica na realidade política e econômica brasileira. Tanto em função da complexidade do objeto lazer, como pela extensão e riqueza do período analisado, foi necessário priorizar os autores e as tendências mais relevantes, num processo de escolhas que nunca consegue ser totalmente isento de influências ideológicas e de convivência institucional. Mesmo assim, acreditamos que o texto atinge o objetivo de apresentar a evolução das práticas de lazer no contexto nacional, como também os principais autores estrangeiros que influenciam a produção teórica local. Com o objetivo de mostrar da forma mais clara possível esta relação entre as práticas de lazer, a reflexão teórica no campo de pesquisa e a realidade política e econômica do Brasil, adotamos uma periodização bastante comum: nacional desenvolvimentismo de 1946 até 1964; período militar de 1964 até 1982; redemocratização de 1982 até 1990 e globalização de 1990 até a atualidade. Como o foco do artigo está nas práticas de lazer e

na reflexão teórica a respeito, as observações sobre a realidade brasileira são resumidas e limitadas à sua influência nas questões centrais.

Lazer e Nacional-Desenvolvimentismo (1946-1964)

No período que vai de 1946 até 1964, vamos presenciar no Brasil um projeto nacional-desenvolvimentista, fundamentado na substituição de importações e caracterizado pelo populismo político. Entre outras transformações importantes convém destacar o surgimento da indústria automobilística, a construção de estradas por todo o país, a inauguração da capital federal Brasília distante dos maiores centros urbanos, a adoção de políticas trabalhistas e a criação de uma indústria de base como a mineração, extração de petróleo e siderurgia. No campo da cultura e das artes vamos encontrar a valorização de temáticas brasileiras, justificada como forma de preservação dos valores nacionais ameaçados pela invasão cultural estrangeira, em especial norte-americana (ZÍLIO et al., 1982). Este sentimento nacionalista é reforçado por acontecimentos no plano internacional, como os movimentos de libertação nacional marcado pelo ideário socialista e a valorização dos trabalhadores rurais, a exemplo da revolução cubana de 1959, a independência da Argélia em 1962, e a guerra do Vietnã (RIDENTI, 1999). A revolução cubana é o exemplo histórico que mais repercutiu no nosso país, pelo discurso antiimperialista (SADER, 1991).

A ênfase no desenvolvimento econômico e industrial impulsiona transformações que possibilitam um maior acesso ao lazer através do desenvolvimento das artes e espetáculos e pela valorização do lazer do trabalhador por meio da construção dos clubes-empresa. No campo da produção teórica são escritos inúmeros estudos de antropólogos e sociólogos destacando a cultura popular, o lazer popular e o folclore, a exemplo de Darcy Ribeiro, Sergio Buarque de Holanda e Gilberto Freire. Como no Brasil somente em 1960, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia Estatística), a população urbana ultrapassa a rural, vamos encontrar um lazer típico do início da industrialização, ilustrado pela passagem entre o lazer como manifestação popular e comunitária e o lazer como mercadoria de consumo disponível no mercado. Como salienta Corbin (1995), o lazer firma-se na luta entre operários e detentores do capital enquanto a conquista de espaços de lazer nas empresas, a

participação dos operários nos campeonatos nacionais e o desenvolvimento esportivo de algumas empresas-clubes. Outro ponto relevante, segundo o autor, é o desenvolvimento do esporte de elite e a criação de teatros e musicais.

Frente a uma classe urbana crescente, onde se destaca uma massa de estudante que superpovoou as universidades públicas das grandes metrópoles, desenvolve-se de forma acelerada a prática de esporte nos clubes, a importância da casa de campo ou praia, e os passeios de carro pela rede de estradas em expansão. Este lazer de fim-de-semana terá seu ápice no período seguinte, depois do golpe militar, devido principalmente ao desenvolvimento econômico (o chamado “milagre econômico”) que ascendeu socialmente uma classe média, ao mesmo tempo em que as Prefeituras e Estados investem em parques e espaços para práticas esportivas.

Grande parte dos intelectuais e artistas atuantes no momento histórico pré-1964 buscava expressar o homem brasileiro enquanto a cara do Brasil, ou procuravam ainda denunciar a utilização política do lazer enquanto instrumento de alienação dos setores populares que seriam explorados pela apropriação da mais-valia no processo de luta de classes (FREDERICO, 1998). De maneira geral, na virada da década de 1960, consolidam-se e fortalecem-se duas vertentes que são decorrentes da situação política do país e herdeiras do processo específico de luta por uma procura de bens culturais brasileiros:

- a busca dos valores nacionais e a “cara” do Brasil;
- a incorporação de influências estrangeiras (RAMOS, 1983).

Segundo o cineasta Glauber Rocha (1996) a luta deste nacionalismo e a busca de interpretação do povo brasileiro tinham como perfil estético a luta contra a fome, trazendo elementos cosmopolitas, mas priorizando muitas inovações técnicas, numa expressão fortemente vinculada ao discurso da fome, do terceiro mundismo e da superação do imperialismo. O teatro também acompanhou o clima político nacionalista, que perpassava toda a sociedade brasileira, através da reorientação de uma produção cultural que se volta para a questão nacional e busca o contato com os setores populares por meio de apresentações, com preços acessíveis, para a população de baixa renda (SILVA, 1981). Na música popular a questão do cosmopolitismo e da busca da brasilidade é muito forte, a Bossa Nova surgiu deste casamento entre a assimilação do

Jazz americano e sua inovação estética, para servir em um segundo momento de modelo a ser exportado.

Os espetáculos de lazer do período desenvolvimentista tinham como público principal os setores urbanos da classe média e alta, que procuravam pensar e incorporar, através das apresentações, as características do povo brasileiro e o subdesenvolvimento, enquanto que os setores operários podiam ter contato com peças que discutiam a exploração e a mais valia. O lazer popular mantinha a tradição do lazer de rua, o circo e as festas típicas católicas. As práticas esportivas tinham como espaço a rua, a empresa e os campos improvisados. Na cidade, ainda em desenvolvimento, havia muito espaço livre para a população de baixa renda organizar atividades lúdicas, enquanto que os setores mais abastados tinham os clubes esportivos e os parques públicos situados, em geral, nas regiões mais valorizadas.

A Marca da Ditadura: o lazer no período militar (1964-1985)

Grande parte destas manifestações de lazer vão transformar-se, depois do golpe militar de 64, em função principalmente:

- do crescimento urbano;
- da censura;
- da repressão policial às práticas de ruas.

Podemos ainda acrescentar que o desenvolvimento dos meios de comunicação e de uma indústria cultural, onde se destaca a popularização da televisão, ajudou também a desintegrar as manifestações artísticas que buscavam atingir os setores populares. O golpe militar de 1964 garantiu o prosseguimento do desenvolvimento capitalista no Brasil em escala cada vez mais ampliada, intensificando a concentração de renda, optando por uma modernização conservadora a partir de uma aliança de classes que “jogava por terra a hipótese de um antagonismo entre a burguesia brasileira de um lado, e a burguesia internacional e oligarquia agrária de outro.” (MANTEGA, 1995, p. 116).

Com o Ato institucional nº 5 (AI-5), de dezembro de 1968, centenas de cidadãos e líderes políticos tiveram seus direitos políticos cassados, as organizações estudantis independentes foram postas na ilegalidade e os partidos políticos existentes

foram dissolvidos. No seu lugar impôs-se um sistema bipartidário com a Aliança Renovadora Nacional (Arena), pró-governo, e a oposição oficialmente tolerada Movimento Democrático Brasileiro (MDB) (RIDENTI, 1999).

Para evitar que a esquerda cultural reorganizada pós-64 se popularize, o policiamento torna-se verdadeiramente pesado, com delação estimulada e protegida, a tortura assumindo proporções pavorosas, e a imprensa de boca fechada. (SCHWARZ, 1978, p.72).

Depois do dezembro de 1968, com a repressão crescente a qualquer oposição ao regime militar, ocorreu:

- o esgotamento do interesse pelas questões políticas;
- o refluxo dos movimentos de massas;
- a censura e a ausência de canais para o debate e a divulgação de qualquer proposta contestadora;
- o surgimento de uma resistência de esquerda armada (guerrilha urbana);
- redução das expressões artísticas.

Estes fatos marcaram o fim de um florescimento cultural e do movimento popular, abrindo caminho para a indústria cultural, principalmente a televisão. O “milagre econômico” da década de 1970, marcado pelo desenvolvimento acelerado, ampliou também a desigualdade social, a ponto do Brasil ser considerado pela ONU, até meados da década de 1980, como o país mais desigual do mundo (ORTIZ, et al., 1988). Mas, ao mesmo tempo, ocorre o aumento do número de famílias típicas de classe média que puderam comprar; seus televisores e automóveis, ir ao cinema, adotar fins de semanas de lazer no campo ou praia e substituir gradualmente o comércio de rua pela ida ao shopping center.

O modelo político que vai dar sustentação ao regime militar apoia-se numa aliança entre, de um lado, a censura e repressão política e do outro o desenvolvimento e controle da indústria cultural. Houve um casamento oportuno entre a necessidade de investimento estatal para a ampliação da indústria televisiva e a imprescindível propaganda de governo. A disponibilidade de crédito internacional, mais as condições internas, levaram à corrida desenvolvimentista do chamado milagre econômico que

colocou o Brasil na situação de ser um país presente no cenário das trocas internacionais, ao mesmo tempo em que se destacava como líder em concentração de riqueza, analfabetismo e um desenvolvimento humano próximos aos países africanos (SILVERMAN, 2000).

Com o regime militar as expressões populares e as festas típicas passam a ser controladas, assim como todas as expressões artísticas. A amizade com os vizinhos, a brincadeira de rua das crianças e o lazer típico do meio rural são inibidos não somente pela repressão policial, mas também pelo próprio desenvolvimento das cidades com a diminuição de áreas livres e aumento do número de carros nas ruas. Tudo isto torna a televisão a maior vivência de lazer popular. Os militares, sabendo que as manifestações populares e de lazer serviam como propaganda política, iniciaram um amplo investimento na área esportiva, divulgando e incentivando a participação em jogos olímpicos e campeonatos mundiais de futebol, construindo estádios, campos de várzea e parques públicos. Esta utilização política do esporte e lazer, segundo Sant'Anna (1994), teve seu apogeu com o projeto governamental Esporte Para Todos. Através do discurso de formação de atletas e investimento nos clubes, o esporte serviu para mostrar a evolução da nação, caso típico de regimes totalitários. Neste período o esporte foi sistematicamente utilizado a favor do regime militar, como a conquista do terceiro campeonato mundial de futebol (1970), ou as medalhas no Pan-americano e nos Jogos Olímpicos no período de maior repressão política (1970, 1971 e 1972).

O desenvolvimento desigual foi uma das marcas do regime militar. Enquanto as manifestações dos setores populares foram controladas e suprimidas, a classe média teve seu apogeu devido ao "milagre econômico". Tivemos, neste período, a formação de um lazer próximo às elites internacionais como as viagens para outros países; a criação de espaços turísticos e hotéis; os passeios nos fins de semana (já que os militares continuaram a construção das estradas por todo país, que posteriormente seriam diminuídas pela crise do petróleo da década de 1970); acesso a filmes que não fossem censurados; o desenvolvimento dos museus; as músicas da indústria cultural; a expansão e criação de clubes. Em resumo, podemos dizer que o lazer da classe média no Brasil, após o desenvolvimento industrial e das cidades acompanha, com algumas peculiaridades como a censura, o desenvolvimento do lazer dos países industrializados,

como apontado por Corbin (1995). Ao mesmo tempo, os setores de mais baixa renda tiveram seu espaço de lazer, como a rua e manifestações populares, diminuído. Com pouco dinheiro e frente às crises emergentes na economia mundial o refúgio é a casa e as telenovelas, que também serviam como propagandas políticas do regime. Estes dois lados do lazer levam-nos a afirmação que o regime militar possibilitou a elitização do lazer, ou ainda uma concepção dual de lazer, que seria ampliada na globalização.

O Estado, no regime militar, ao mesmo tempo em que continua o projeto desenvolvimentista procura retirar o caráter político contestatório das artes e do lazer, investindo na televisão e no cinema para formar um aparato ideológico baseado nas artes audiovisuais (RAMOS, 1983). Na televisão, mais especificamente, temos o Estado ao lado da indústria cultural, através do investimento em temas apolíticos como as telenovelas (ORTIZ, et al. 1988). Entre 1964-1980 ocorre uma formidável expansão da produção, distribuição e consumo de bens culturais, de acordo com a necessidade de apoio do governo junto à população. É nesta fase que se dá a consolidação dos grandes conglomerados de meios de comunicação, como a TV Globo e a Editora Abril (ORTIZ, 1985). O exemplo clássico deste nacionalismo sem engajamento político, sem compromisso estético e distante de qualquer inovação foi as pornochanchadas (estilo de filme pornô brasileiro).

Com a censura, as práticas de lazer popular ficam restritas aos eventos do regime militar com o EPT (Esporte Para Todos) (SANT'ANNA, 1994); apresentações de circos populares e parques de diversões (MAGNANI, 1998); e as atividades do Serviço Social do Comercio (SESC) e da Indústria (SESI), de onde saíam, na década de 1980, os primeiros estudiosos do lazer no Brasil (MARCELLINO; REQUIXA; OLIVEIRA), tendo como palco da sua formação os acontecimentos políticos já descritos. Estes autores vão ter visibilidade na década de 1980, quando o Brasil passa a viver o período da redemocratização, ou do afastamento planejado dos militares do poder, com a volta da preocupação com o popular e o engajamento político. Teóricos brasileiros do lazer, como Marcellino, Requixa e Oliveira, vão propor em suas análises a formação de agentes culturais de lazer junto à população, recuperando a valorização do popular reprimida durante o regime militar. Eles atuavam com ou para órgão sociais vinculados aos sindicatos patronais da indústria e do comércio, ao mesmo tempo em que

compactuavam com as idéias de uma esquerda cuja importância política tendia a crescer na medida em que o regime político torna-se mais democrático. É natural, portanto que a produção, a respeito de lazer, procure privilegiar no primeiro momento temas populares e da cultura, tentando superar duas décadas de censura e repressão.

Este resgate artístico do popular através do lazer, contudo, não vai se realizar. Segundo Ridenti (1999); tivemos depois da volta da democracia, a maior evolução da indústria cultural jamais vista. A redemocratização, com o respeito às garantias individuais e a liberdade de expressão, criou um ambiente propício para a proliferação da indústria cultural e da globalização.

Redemocratização e o Surgimento de uma Reflexão Nacional Sobre Lazer (1985-1990)

A reflexão a respeito do lazer, no Brasil, começa a ser sistematizada a partir da década de 1970 (REQUIXA, 1980), através da incorporação das discussões de Joffre Dumazedier e Stanley Parker. A presença do primeiro deu-se por um “casamento” prático-teórico, entre a valorização do popular presente em sua obra (DUMAZEDIER, 1979) e a lembrança da efervescência política nas artes, universidades e sindicatos da década de 60 (RIDENTI, 1999). Procura-se aí associar as indagações do período de recuperação dos valores populares com a idéia da formação de agentes culturais. Já Parker (1978), por sua vez, discutia o lazer através da dicotomia lazer-trabalho, servindo inclusive de referência para Dumazedier (1979). Foi a obra de Dumazedier que aproximou Parker dos pesquisadores brasileiros. As pesquisas sobre a influência do trabalho na sociedade brasileira estavam no seu início, as primeiras traduções sistemáticas de autores que focavam o tema são deste período (RIDENTI, 1999). A obra de Parker serviu para pensar a relação entre lazer e trabalho, mostrando algumas das contradições e interações possíveis.

Não houve a apropriação de cientistas norte-americanos, neste primeiro momento, porque esta “busca” das características do povo brasileiro tinha como marca uma postura antiamericana (RIDENTI, 1999). A incorporação de autores dos Estados Unidos vai ocorrer somente no começo da década de 1990 quando no Brasil, através da globalização, começou-se a estudar os parques temáticos, o turismo e o lazer nas

empresas, bem como os aspectos econômicos do lazer.

Os principais autores brasileiros que assumiram as teses de Dumazedier e Parker foram Requixa e Marcellino. Ambos trabalhavam para o SESC (Serviço Social do Comércio), uma entidade constituída no início para prestar serviços aos comerciários e seus dependentes e que depois os amplia para a população em geral. Esta entidade trouxe Dumazedier para proferir palestras no Brasil e publicou quatro livros sobre o lazer (DUMAZEDIER, 1980a; REQUIXA, 1980; DUMAZEDIER, 1980b; OLIVEIRA, 1982), que representam o marco inicial da pesquisa nacional sobre o tema.

Em termos gerais, podemos dizer que nas décadas de 1970 e 1980 quando Marcellino, Requixa e Oliveira discutiam o lazer, as pesquisas estavam permeadas pelos temas da cultura popular, por autores como Gramsci e pelo método educacional de Paulo Freire. Dumazedier descrevia o lazer como conjunto de ocupações às quais o indivíduo podia entregar-se de

livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou a sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais. (DUMAZEDIER, 1979, p. 34).

A partir desta leitura, Marcellino (1990) discute a inserção dos conteúdos culturais de lazer como forma de sistematização de uma política de lazer, sugerindo a formação de agentes culturais de lazer. Em termos gerais, Marcellino (1995) pela sua prática no SESC pensou o lazer como atividades desenvolvidas dentro de um planejamento criterioso, onde as práticas espontâneas da cultura popular seriam racionalizadas, descritas e confrontadas com práticas novas, visando a formação de quadros especializados em animação sócio cultural, ou ainda profissionais voltados ao desenvolvimento de atividades de lazer junto à população.

Até o início dos anos 90 praticamente os únicos autores estrangeiros utilizados são Dumazedier e Parker. A longa presença destes dois autores é explicada, por um lado, em função da proximidade com a valorização do popular e a crítica da sociedade do trabalho e, por outro lado, pela barreira da língua (não existiam traduções de outras pesquisas, apenas no final da década de 1980 textos norte-americanos, franceses e ingleses que discutiam aspectos econômicos e do mercado para o lazer globalizado estão

disponíveis em português). Este contexto dificultou a diversidade de discussões sobre lazer e aglutinou o tema num grande nome nacional, Nelson Carvalho Marcellino que formulou uma proposta de estudo específica e constituiu um grupo de estudantes que ajudaram a divulgá-la e reproduzi-la, com uma forte inserção nas políticas públicas e nos governos de gestões petistas (Partido dos Trabalhadores - que elegeu o presidente da República em 2003, Luis Inácio Lula da Silva). Alguns exemplos de grandes centros que utilizaram o método de Marcellino são: Porto Alegre (STIGGER, 1996) e Belo Horizonte (BELO HORIZONTE, 1999).

A discussão no campo do lazer, durante quase duas décadas, vai fazer alusão ao tempo disponível como contraponto ao tempo de trabalho. O tempo disponível, nestes termos, é utilizado para as diferentes obrigações sociais (família, escola, cursos, religião), enquanto o lazer é um tempo estaque dentro do tempo disponível ou, nas palavras de Marcellino, “o tempo de não obrigação social” (MARCELLINO, 1987, p. 20). Junto a esta preocupação do tempo disponível, procura-se justificar o caráter educativo do lazer nas políticas públicas, sob a influência das idéias de Paulo Freire (MARCELLINO, 1995), inserindo no discurso político a idéia de um lazer funcionalista que poderia ser útil, por exemplo, para auxiliar a conter a violência urbana (BELO HORIZONTE, 1999). Outros temas levantados foram a preservação e transformação de áreas urbanas para facilitar o acesso ao lazer (PELEGRIN, 1996), a criação e preservação de parques, reservas florestais e áreas livres (REQUIXA, 1980).

O próximo passo do estudo do lazer no Brasil foi a observação de grupos e comunidades, onde se destaca, como autor mais relevante, o antropólogo José Magnani (1998) que apontou características do lazer nas classes desprivilegiadas. Magnani afirma que o lazer é o conjunto de atividades individuais ou coletivas voltadas para a satisfação de uma série de interesses no plano da formação de quadros, definição de atividades e aprimoramento pessoal “realizadas no tempo liberado das obrigações impostas pelo trabalho profissional e por outras responsabilidades sociais.” (MAGNANI, 2000, p. 21). Posteriormente, Magnani (1998) mudou seu lócus científico, mantendo a mesma estrutura de pensamento da dicotomia do lazer-trabalho, sem a preocupação de formação de recursos humanos (agentes culturais de lazer) e deixando clara a sua idéia de valorização da cultura popular.

A Globalização e o Lazer: a exclusão social e a inserção da indústria cultural mundial na cultura brasileira (1990-)

É consenso na literatura sobre o final do século XX que importantes mudanças no âmbito econômico aconteceram a partir de 1980, principalmente com as políticas de Reagan e Thatcher. Neoliberalismo, monetarismo, financeirização econômica, globalização, mundialização, muitos são os nomes deste fenômeno que se caracteriza pela liberalização financeira dos fluxos de capital, abertura da pauta comercial com baixa tarifária ou livre comércio e reestruturação das relações produtivas. Foram fenômenos; aparentemente distintos que deram início a um único movimento internacional de reformulação do capitalismo. Com maior liberdade na circulação de dinheiro e mercadorias as empresas encontraram novas formas de gerenciamento da produção, circulação, financiamento e acumulação de capitais. Nada disso seria possível sem uma revolução na tecnologia das comunicações, informática e transportes que reduziram distâncias geográficas e temporais.

A abertura política, no começo da década de 1980, propiciou um desenvolvimento vertiginoso da indústria cultural, em função principalmente dos investimentos que já tinham sido realizados durante o regime militar na área das comunicações, sempre sob controle dos órgãos de censura. Porém, é preciso ter presente que enquanto a expressão típica da indústria cultural no regime militar caracterizava-se pelo nacional-desenvolvimentismo, a indústria cultural na redemocratização e nos períodos subsequentes é marcada pela globalização e pelo fim da censura. Estes dois acontecimentos mostraram ser o casamento perfeito para o desenvolvimento de práticas de lazer típicas dos países desenvolvidos no Brasil, apesar da grande exclusão social e dificuldade de acesso a um lazer pago para a maior parte da população.

Esta exclusão refletiu uma mudança do paradigma do lazer. Com a globalização e a alta taxa de desemprego todas as discussões do lazer que se referiam à dicotomia lazer/trabalho, ao lazer pautado no tempo livre ou à importância da formação de quadros internos – herança, esta, adquirida pelas leituras de Dumazedier e Parker por Marcellino – entram em colapso metodológico (ALMEIDA, 2003). Estas teorias se estruturaram durante os efeitos da redemocratização e o início da globalização, frente ao frenesi do nacional-popular e da pedagogia que estavam em voga, ajustadas aos

resquícios do milagre econômico, à política de pleno emprego pautada no crescimento do setor de serviços, às leituras keinesianas sobre o Estado de bem-estar-social e à esperança da participação popular na política brasileira (ALMEIDA, 2003). Na globalização ampliam-se as discussões científicas do lazer através do debate entre diferentes grupos que tanto podiam apoiar-se na leitura de autores clássicos, como nos pós-modernos, ou ainda em autores contemporâneos da sociologia. Cada qual interpreta de diferentes formas como o lazer contemporâneo se insere na globalização e suas contradições. Com a globalização houve um maior acesso aos autores estrangeiros, às suas traduções e à construção de novos paradigmas do lazer. Enquanto Dumazedier na França, Parker na Inglaterra, Grazia e Veblen nos Estados Unidos, etc. já haviam construído as teorias em seus países, pautados nos clássicos e na história particular da sua industrialização, este mesmo fenômeno só vai ocorrer no Brasil após a globalização, mesmo que sem uma sistematização consensual.

Com a globalização o Brasil adota uma política neoliberal a partir dos anos 1990 sem grandes diferenças dos demais países em desenvolvimento, caracterizada pelas privatizações e a diminuição da atuação do Estado nas diferentes esferas da vida, inclusive no lazer. A passagem do mundo do trabalho pela chamada reestruturação produtiva, levou à terceirização, à informalidade, ao desemprego estrutural, à perda dos direitos trabalhistas e à quebra das organizações sindicais. Uma das conseqüências foi o crescimento do setor terciário (serviços, comércios, entretenimento, lazer e turismo) em detrimento do setor secundário (indústria). Outras características importantes que também fazem parte deste novo modelo econômico são a supremacia da língua inglesa, a velocidade, o consumo, as relações efêmeras, a reformulação das concepções de tempo e espaço, a influência da imagem, a mundialização da cultura através da indústria cultural e a minimização do papel do indivíduo (PADILHA, 2002).

A diminuição da presença do Estado no cotidiano da sociedade brasileira tem também uma origem concreta no alto endividamento externo e interno, que obriga os governos a gerarem sucessivos superávits fiscais, limitando qualquer possibilidade mais ampla de intervenção. Não é objeto deste texto discutir a origem, justiça ou legalidade desta situação, a respeito da qual existem amplas divergências de opinião, mas apenas apontá-la enquanto um elemento importante para a compreensão do lazer na realidade

contemporânea.

Apesar da questão da exclusão social ter-se tornado mais presente a partir do discurso sobre a globalização, no Brasil ela é muito mais um reflexo do período militar do que dos avanços neoliberais dos anos de 1990. Analisando-se os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia Estatística), através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), realizada no final da década de 1990, é possível afirmar que houve uma pequena melhora nas condições sociais da população brasileira. Entre os principais indicadores dessa melhora destacam-se o índice de distribuição de renda, o nível de escolaridade e o número de domicílios que dispõem de serviços básicos. A concentração de renda, que ainda é extremamente desigual, sofreu uma ligeira melhora nos últimos anos, pois os 10% mais ricos do país que antes 1993 concentravam 49,8% de renda, agora concentram 48,2%, enquanto que os 10% mais pobres antes ficavam com 0,7% da renda agora ficam com 1,1%. Com relação à alfabetização, a situação educacional ainda é grave embora também haja ocorrido uma pequena melhora. Hoje o percentual de habitantes sem instrução, ou com menos de 1 ano de instrução, compreende 16,2%. Quanto à pesquisa de domicílios com serviços básicos, os dados mostram que 91,7% são servidos por iluminação; 76,2% abastecidos por água; 39,5% coletores de esgoto; 81% têm televisão; 74,8% possuem geladeira; 26,6% têm máquina de lavar e 15,4% têm freezer. É importante, contudo frisar que o país é muito desigual; com regiões bem desenvolvidas e outras muito carentes.

Apesar da melhora nos índices, como o aumento da expectativa de vida, a diminuição do crescimento vegetativo, a diminuição de analfabetos e uma pequena melhora na distribuição de renda, temos um típico quadro de país subdesenvolvido, o que se reflete no lazer, pois somente os setores de classe média e alta usufruem um amplo leque de alternativas. Podemos afirmar que no Brasil o lazer das classes alta e média, não se diferencia muito das outras grandes metrópoles do mundo. São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre, etc. possuem praticamente as mesmas possibilidades de lazer que Nova York, Tóquio, Paris, Londres, etc. Existe à disposição um lazer globalizado como os parques temáticos, estrutura de turismo, academias de ginásticas e escolas de esportes, espetáculos de teatro, cinemas, apresentações nacionais e internacionais de música, bares e restaurantes finos com *chefs* da cozinha internacional

(SESC/WLRA, 2000).

A existência deste mercado de lazer voltado à população de mais recursos leva ao desenvolvimento de uma reflexão sistemática, principalmente com relação a turismo, hotelaria e esportes de aventura (TRIGO 2000, BRUHNS 2001; RAGO 1999). Além disso, manifestações de cultura popular com mais visibilidade nos meios de comunicação de massas, como o carnaval e a capoeira, constituem objetos específicos de pesquisa (BRUHNS, 1997). O estudo das demais manifestações populares de lazer, contudo, avança com muita dificuldade em função do pouco acesso a financiamento e poucas possibilidades de divulgação dos resultados.

As possibilidades de acesso ao lazer, por parte da população excluída e de baixa renda no Brasil, ficam cada vez mais restritas. Primeiro por falta de espaço, já que as ruas são palco da violência urbana, tornando a televisão o maior promotor do lazer. A atividade esportiva limita-se ao jogo de futebol de final de semana, 48% dos homens brasileiros praticam futebol regularmente (DATAFOLHA). Além disso, cabe destacar a visita aos parentes e as festas populares. Os parques e áreas verdes, por sua vez, são poucos em relação à demanda, sub-utilizados em função da falta de investimentos e da ausência de uma política de coordenação com os demais órgãos públicos, além de muitas vezes localizarem-se nas regiões mais ricas das cidades.

De acordo com o IBGE 93% dos municípios brasileiros não tem sala de cinema e 94% não possuem um shopping. Cerca de 85% das cidades não contam com museus ou teatros, 35% não tem ginásio esportivo e cerca de 25% não possuem bibliotecas públicas” (WERNECK, 2001, p. 45).

Estes dados apresentam a diferença entre as capitais e grandes centros populacionais, frente aos lugares com baixa densidade demográfica de um território muito extenso.

Com a globalização e o desemprego estrutural as discussões nacionais sobre lazer, fundamentadas nas leituras de Dumazedier e Parker, entram em esgotamento metodológico (ALMEIDA, 2003). Este quadro permite perceber, em resumo, três novas tendências de pesquisa na área:

- uma tentativa de redefinir o lazer através de recuperação dos autores

clássicos das ciências humanas à luz dos acontecimentos atuais;

- uma apropriação das reflexões dos autores chamados de pós-modernos e
- uma tentativa de sistematizar uma reflexão do campo do lazer voltada especificamente à implementação de políticas públicas e iniciativas do terceiro setor.

Convém alertar o leitor que não desenvolveremos uma exposição específica com relação aos temas de turismo e hotelaria porque, pelo menos até o momento, a área apoia-se quase exclusivamente na produção internacional. Quanto aos parques públicos, embora existam alguns trabalhos de cunho local (SILVA, 2003), são iniciativas isoladas que ainda não apontam para uma sistematização do pensamento no campo.

Durante os últimos anos autores brasileiros procuraram pensar o lazer a partir de autores clássicos como, por exemplo, Marx, Adorno, Weber e Thompson (BRUHNS, 2002), Lukács (ANTUNES, 2001), e Freud, Marcuse e Reich (GUTIERREZ, 2001), Habermas (GUTIERREZ, 2002) e Norbert Elias (GEBARA, 2000). Estas reflexões ampliaram o debate questionando a produção fundamentada da dicotomia - lazer-trabalho, representada principalmente por Marcellino.

Ao nosso ver, as contribuições a partir das obras de Habermas e Elias são particularmente interessantes. Gebara (2000) publica o texto “*Norbert Elias e as teorias do processo civilizador: contribuição para a análise e a pesquisa do campo do lazer*”, onde define o lazer a partir de uma decisão individual e não mais vinculado diretamente a um tempo determinado socialmente, como ocorre na tradição da dicotomia lazer/trabalho. Assim o lazer é encarado como a busca de um descontrole medido, dentro das regras que constituem a sociedade. Um motivo que facilitou a divulgação da obra de Elias, assim como Dunning, foram suas pesquisas sobre futebol, onde os autores interpretam os excessos das explosões fortes e apaixonadas dos torcedores como um momento em que as restrições sociais e instituições de controle que submetem o indivíduo em sociedade são amortecidas ou relaxadas (ELIAS; DUNNING, 1992), característica das atividades de lazer.

A reflexão a partir de Habermas aponta que o lúdico pode ser encontrado tanto no mundo da vida como nos sistemas dirigidos pelos meios poder e moeda. O lazer,

segundo esta interpretação, caminha juntamente com a evolução social, a transformação do mundo da vida e a inovação dos sistemas. Neste caso, o lazer de consumo encontra-se subordinado à lógica da expansão dos sistemas dirigidos pelos meios; poder e dinheiro, enquanto outras formas de lazer se encontram ligadas à cultura popular e à sociabilidade espontânea no mundo da vida (GUTIERREZ, 2002; ALMEIDA, 2003). Uma contribuição importante da obra de Habermas é questionar o lazer compreendido como, de um lado, um bem ou serviço de consumo à venda no mercado e, do outro lado, um lazer “verdadeiro” a exemplo de manifestações populares ou comunitárias.

Os autores influenciados pelas idéias da pós-modernidade, como Rago (1999) e Brunhs (2000), tratam de temas como o individualismo, a sobrevalorização da aparência, a intranscendentalidade dos valores e a performance (RAGO, 1999). Tudo isto potencializado pela utilização intensiva do instrumental técnico mais recente disponível, como é o caso das comunicações e da informática (BRUHNS, 2001). Alguns aspectos do lazer são privilegiados como, por exemplo, o esporte de aventura, o encantamento com a natureza, turismo ecológico, o conceito de tribo e formação de grupos e o corpo como expressão da cultura. Enfim, o pós-moderno, por não adotar um referencial teórico rígido, encontra no objeto lazer um tema propício à exaltação do pastiche.

Os autores que pesquisam temas de políticas públicas, por sua vez, possuem um perfil muito diferente dos que sofrem influências dos pós-modernos. Seus textos procuram dialogar com as diferentes manifestações da sociedade civil organizada, assim como com os representantes dos vários níveis da administração pública. O primeiro aspecto que chama a atenção é o destaque do caráter educativo das políticas públicas de lazer, ilustrado principalmente pelo incentivo às práticas esportivas. Esta visão do lazer pode ser encontrada em gestões de diferentes prefeituras como Belo Horizonte (BELO HORIZONTE, 1999) e Rio Grande do Sul (STIGGER, 1996), apropriando-se de discussões correntes da década de 70 e 80, como a preservação e transformação de áreas urbanas de forma a facilitar o acesso ao lazer (REQUIXA, 1980) e a educação pelo lazer e para o lazer, numa perspectiva de influência funcionalista, com o fim último de pensar o lazer como um eficiente instrumento de auxílio no vasto esquema educacional, que visualiza a promoção humana e o progresso da sociedade (STIGGER, 1996). O lazer

apoiar-se na importância dos processos pedagógicos, procurando fundamentar-se num campo mais tradicional e obter, assim, uma maior legitimação enquanto política pública. As políticas públicas de lazer são associadas também ao controle de criminalidade, a partir do oferecimento de atividades sadias a populações em situação de risco que, de outra maneira, ficariam mais expostas ao convívio com práticas ilegais (BELO HORIZONTE, 1999).

A implementação de uma política de lazer no Brasil dá-se através de um projeto político mais amplo e por meio de uma administração pública controlada, durante um período de tempo específico, por um partido político ou uma coalizão de partidos. A expectativa do controle de verbas para serem distribuídas, mais a necessidade de lotear as diferentes secretarias entre os grupos que irão compor uma base parlamentar de apoio, leva muitas vezes a que as ações administrativas sejam executadas de uma forma não coordenada e independente umas das outras, em função dos interesses de cada grupo instalado na estrutura de poder. Assim, é extremamente difícil somar as propostas do campo do lazer com as de outras áreas como saúde, habitação, educação, etc, (GUTIERREZ; ALMEIDA, 2004). Desta forma, não vamos encontrar uma relação direta entre a produção teórica na área e o desenvolvimento das diferentes intervenções concretas.

Cabe destacar, além da associação do lazer à educação e controle da criminalidade, sua aproximação com temas como qualidade de vida, incentivo à atividade física e valorização da cultura. Além disso, existe um certo consenso com relação à importância das questões referentes à implementação concreta de intervenções ao nível municipal ou da própria comunidade, destacando o planejamento, formação de recursos humanos, integração das ações dos diferentes órgãos públicos e formação de parcerias com o setor privado e organizações não governamentais (ONG's) (BRAMANTE, 1999, 2004).

Palavras Finais

A compreensão da natureza e características das atividades de lazer constitui um objeto de pesquisa complexo e amplo. Suas manifestações influenciam, e são influenciadas, pelos mais diferentes aspectos da vida em sociedade, desde a dimensão

psicológica do indivíduo até a dimensão econômica e de mercado. Além disso, é preciso levar em conta as divergências entre as diferentes escolas de pensamento que constituem o campo de pesquisa das ciências humanas, que podem levar a interpretar de forma distinta o mesmo objeto de pesquisa.

Estamos conscientes que o objetivo deste artigo, procurar ilustrar as relações entre as manifestações do lazer, sua inserção no contexto da realidade brasileira e sua interpretação teórica desde a perspectiva dos trabalhos acadêmicos, só pode ser atingido de forma resumida e procurando ser o mais objetivo possível. Acreditamos, contudo que o resultado permite uma visão de conjunto útil no sentido de realizar uma primeira aproximação ao tema, assim como para problematizar aspectos específicos ou ainda levantar novas questões, conforme ilustrado no quadro a seguir:

QUADRO 1: PANORAMA POLÍTICO, ECONÔMICO E TEÓRICO DO LAZER

	NACIONAL DESENVOLVIMENTISMO	REGIME MILITAR	REDEMOCRATIZAÇÃO E GLOBALIZAÇÃO
Características políticas e econômicas do período	Liberdade democrática; Instabilidade política; Início da industrialização; Valorização do nacional popular; Formação de mercado consumidor; Definição da classe média.	Restrição de liberdades (AI-5); "Milagre" econômico; Aumento das desigualdades; Formação de pólos industriais; Tentativa de desenvolvimento regional.	Garantias democráticas; Estagnação econômica (principalmente setor secundário); Desenvolvimento da indústria cultural e internacionalização da cultura; Sociedade dual (exclusão social).
Mudanças nas práticas de lazer	Crescimento urbano e adaptação das práticas comunitárias aos espaços da cidade; Desenvolvimento nacional do teatro, música, cinema e artes.	Impacto do desenvolvimento tecnológico (automóveis, estradas) no lazer de final de semana; Utilização política do esporte e do lazer; Construção de parques públicos; Incentivo governamental para as práticas de lazer e das artes não engajadas politicamente ou críticas.	Desenvolvimento de um mercado de lazer de alto padrão; Pouco investimento em lazer popular; Desenvolvimento das artes, teatro, cinema, com incentivos governamentais; Reestruturação de centros e museus para práticas de lazer urbano, com recursos públicos e privados. Políticas públicas voltadas ao lazer "pedagógico" e iniciativas independentes umas das outras.
Reflexões teóricas sobre o lazer do período	Pouca ou nenhuma reflexão sobre o lazer; Valorização das raízes nacionais; Influência moralista ou de teorias que interpretam o lazer como descanso para trabalho.	Repressão e censura de reflexões teóricas, apenas discussões favoráveis aos programas de lazer governamentais; Inicia-se um intercâmbio com a produção estrangeira sobre o lazer (DUMAZEDIER, PARKER).	Contato e intercâmbio com as diversas correntes estrangeiras; Superação da dicotomia trabalho / tempo livre; Estudos dos clássicos, pós-modernos, sociólogos contemporâneos e políticas públicas;

O Brasil, apesar da enorme desigualdade social da sua população e das limitações econômicas decorrentes da industrialização tardia, possui um sistema universitário de pós-graduação, quase que exclusivamente público, que possibilita o desenvolvimento de pesquisa e o intercâmbio de resultados, tanto internamente como com o exterior. A reflexão a respeito do objeto lazer, tal qual foi aqui apresenta, ilustra

esta realidade onde em alguns casos consegue-se acompanhar o desenvolvimento internacional do tema incorporando contribuições originais, enquanto em outros casos só se repete a produção externa, ou nem mesmo isso consegue ser divulgado.

Um tema desta complexidade não pode ser esgotado nos limites de um artigo, ainda mais considerando que está em pleno desenvolvimento, com novos autores e perspectivas de análise despontando a cada dia. A intenção, portanto, é possibilitar uma primeira aproximação à reflexão sobre o lazer no Brasil, na esperança de incentivar o intercâmbio e o diálogo entre os pesquisadores.

Abstract

This article it presents some reflections on practical and theories of leisure in different historical periods discussion the reality politics and economic Brazilians. The text has as objective to present the evolution of the practical ones of leisure in the national context, as also the main foreign authors who influence the local theoretical production. For such we adopt the following periods: national-development (1946-1964); military period (1964-1985); democracy (1985-1990) and globalization (1990-present time).

Key-Words: Leisure; Sociology; History.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, M. A. B. de *Lazer e reclusão: contribuições da teoria da ação comunicativa*. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

_____.; GUTIERREZ, G. L. Políticas públicas de lazer e qualidade de vida: a contribuição do conceito de cultura para pensar as políticas de lazer. (67-84). In: VILARTA, R. (Org.). *Qualidade de vida e políticas públicas: saúde, lazer e atividade física*. Campinas: IPES, 2004.

ANTUNES, R. Tempo de trabalho e tempo livre. In: BRUHNS, H. T.; GUTIERREZ, G. L. (Org.). *Representações do lúdico*. Campinas: Autores Associados, 2001.

BELO HORIZONTE (Cidade). Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Esportes. *O lúdico e as políticas públicas: realidade e perspectivas*. Belo Horizonte, 1999.

BRAMANTE, A. C. Formulação de uma política setorial de lazer: avaliação contextual

do Distrito Federal. *Conexões*, v. 1, n. 2, 1999.

BRAMANTE, A. C. Qualidade de vida e lazer. In: GONÇALVES, A.; VILARTA, R. (Org.). *Qualidade de vida e atividade física*. Barueri: Manole, 2004.

BRUHNS, H. T. *Introdução aos estudos do lazer*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997.

_____. Lazer, trabalho e tecnologia. In: BRUHNS, H. T.; GUTIERREZ, G. L. (Org.). *Representação do lúdico*. Campinas: Autores Associados, 2001.

_____. (Org.). *Lazer e ciências sociais*. Campinas: Autores Associados, 2002.

CORBIN, A. *L'avènement des loisirs: (1850-1960)*. Paris: Aubier, 1995.

DUMAZEDIER, J. *Sociologia empírica do lazer*. Paulo: Perspectiva, 1979.

_____. *Planejamento de lazer no Brasil: a teoria sociológica da decisão*. São Paulo: SESC, 1980a.

_____. *Valores e conteúdos culturais do lazer*. São Paulo: SESC, 1980b.

ELIAS, N.; DUNNING, E. *Memória e sociedade a busca da excitação*. Lisboa: Difel, 1992.

FREDERICO, C. A política cultural dos comunistas. In: MORAES, J. (Org.). *Historia do marxismo no Brasil III*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1998.

GEBARA, A. Nobert Elias e a teoria do processo civilizador. In: BRUHNS, H. T.; GUTIERREZ, G. L. (Org.). *Temas sobre o lazer*. Campinas: Autores Associados, 2000.

GUTIERREZ, G. L. *Lazer e prazer questões metodológicas e alternativas políticas*. São Paulo: EDUSP, 2001.

_____. A contribuição da teoria da ação comunicativa para a pesquisa sobre o lazer. In: BRUHNS, H. T. (Org.). *Lazer e Ciências Sociais*. Campinas: Autores Associados, 2002.

MAGNANI, J. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: HUCITEC, 1998.

_____. Lazer um campo interdisciplinar de pesquisa. In: BRUHNS, H. T. e GUTIERREZ, G. L. (Org.). *Temas sobre o lazer*. Campinas: Autores Associados, 2000.

MANTEGA, G. Marxismo na economia brasileira. In: MORAES, J. (Org.). *Historia do marxismo no Brasil II: os influxos teóricos*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1995.

MARCELLINO, N. C. *Lazer e educação*. Campinas: Papyrus, 1987.

_____. *Pedagogia da animação*. Campinas: Papyrus, 1990.

- MARCELLINO, N. C. *Lazer e humanização*. 2. ed. Campinas: Papirus, 1995.
- OLIVEIRA, P. *Brinquedos artesanais & expressividade cultural*. São Paulo: SESC: CELAZER, 1982.
- ORTIZ, R. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____.; BORELLI, S.; RAMOS, J. *Telenovela: história e produção*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- PADILHA, V. A indústria cultural e a indústria do lazer. In: MULLER, A.; COSTA, L. *Lazer e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.
- PARKER, S. *A sociologia do lazer*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- PELEGRIN, A. de. O Espaço de lazer na cidade e a administração municipal. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). *Políticas públicas e setoriais de lazer: o papel das prefeituras*. Campinas: Autores Associados, 1996.
- RAGO, M. O cassino americano. In: BRUHNS, H. T. e GUTIERREZ, G. L. (Orgs.). *O corpo e lúdico*. Campinas: Autores Associados, 1999.
- RAMOS, J. *Cinema, estado e lutas culturais: anos 50, 60, 70*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1983.
- REQUIXA, R. *Sugestões e diretrizes para uma política nacional de lazer*. São Paulo: SESC, 1980.
- RIDENTI, M. *Em busca do povo brasileiro: romantismo revolucionário de artistas e intelectuais (pós 1960)*. 1999. Tese (Livre Docência)-Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.
- ROCHA, G. Estética da fome. In: PIERRE, S. *Glauber Rocha*. Campinas: Papirus, 1996.
- SADER, E. Cuba no Brasil. In: REIS, D. *Historia do marxismo no Brasil I: o impacto das revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1991.
- SANT'ANNA, D. *O prazer justificado: história e lazer (São Paulo, 1969/1979)*. São Paulo: Marco Zero, 1994.
- SCHWARZ, R. *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- SESC/WLRA. *Lazer numa sociedade globalizada*. São Paulo: SESC/WLRA, 2000.
- SILVA, A. Ecoturismo e educação ambiental. *Conexões*, v. 1, n. 2, p. 161-182, 2003.
- _____. *Oficina: do teatro ao te-ato*. São Paulo: Perspectiva, 1981.

SILVERMAN, M. *Protesto e o novo romance brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

STIGGER, M. P. Participação popular na gestão espaço público de lazer. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). *Políticas públicas e setoriais de lazer: o papel das prefeituras*. Campinas: Autores Associados, 1996.

TRIGO, L. G. G. A educação e lazer, turismo e hotelaria nas sociedades atuais. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). *Lazer & empresa*. Campinas: Papyrus, 2000.

ZÍLIO, C.; LAFETÁ, J.; LEITE, L. *O nacional e o popular na cultura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

WERNECK, C.; STOPPA, E.; ISAYAMA, H. *Lazer e mercado*. Campinas: Papyrus, 2001.